



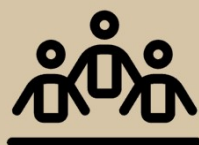
Isonomia Concorrencial e Sustentabilidade do Varejo Nacional

Uma proposta legislativa para o equilíbrio econômico, justiça fiscal e preservação do emprego.

Documento de Apoio Parlamentar e Institucional
Baseado na Agenda CNC 2025 e PL 4.675/2025

Elaboração: Cláudio A. Lima
FecomercioSP/Sincomavi

Resumo Executivo: O Cenário e a Solução



O Valor

10 Milhões de Empregos Diretos

O varejo é o maior empregador privado do país e a principal porta de entrada para jovens e primeiro emprego.

Alta capilaridade de arrecadação municipal (ISS/ICMS).



A Ameaça

Assimetria Regulatória

Concorrência desleal via venda direta da indústria (D2C) com benefícios fiscais e isenção tributária em marketplaces estrangeiros.

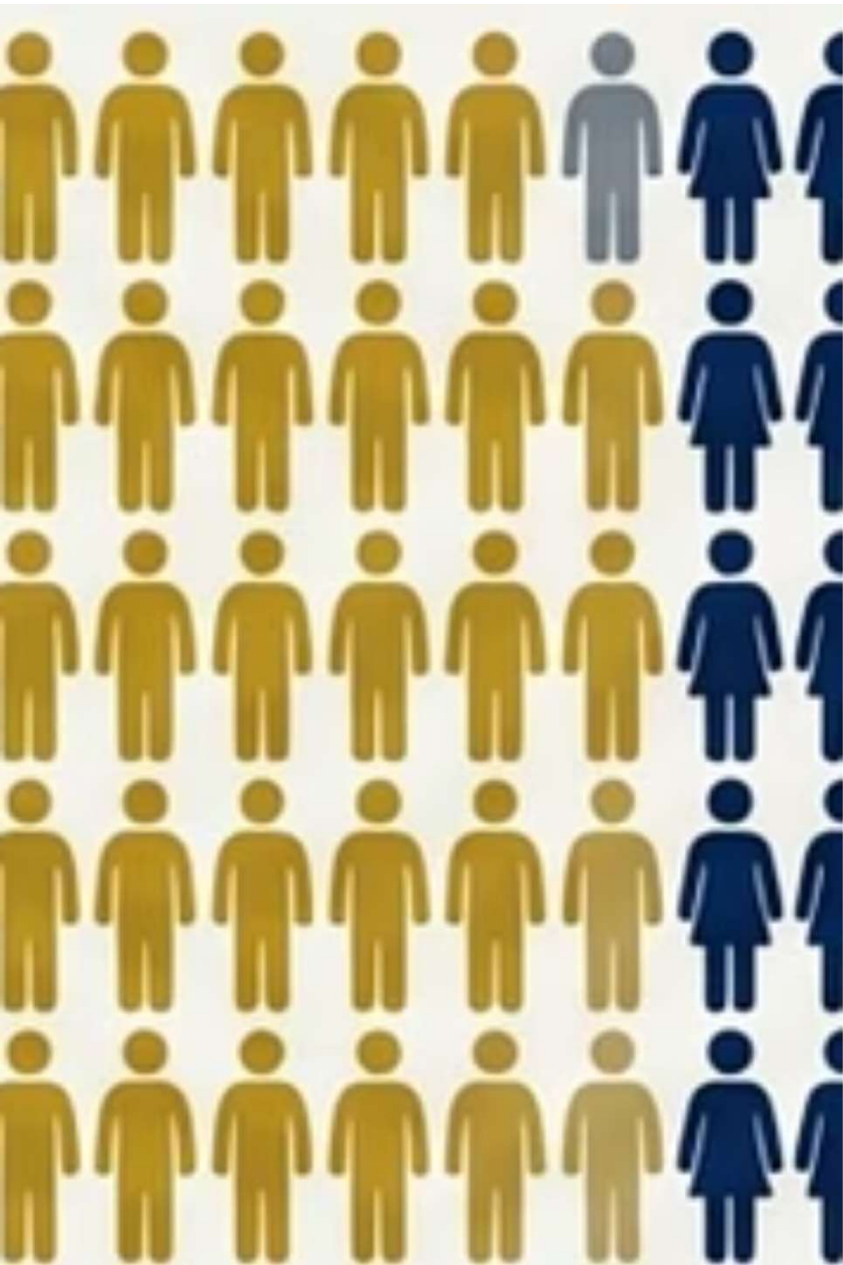
Dumping via De Minimis (<US\$ 50).



A Solução

Marco de Isonomia Concorrencial

Um Projeto de Lei focado em igualdade tributária, transparência de preços e proteção do tecido urbano.



O Varejo como Motor da Inclusão e Arrecadação

10M

Empregos Diretos

1/3 dos empregos formais do Brasil

Primeiro Emprego (Jovens) e Mulheres Chefes de Família são os principais grupos beneficiados pelo setor.

Alta Pulverização de Receitas:

Cada loja aberta gera ICMS, PIS, Cofins e ISS, sustentando orçamentos municipais.

"Se o varejo perde vitalidade, o município perde sua base de arrecadação para saúde, educação e segurança."

Assimetria Tributária

Canibalização da Indústria



Dumping Digital

Custo Brasil e complexidade de obrigações acessórias.

Venda direta (D2C) com preços predatórios e uso de créditos fiscais.

Marketplaces estrangeiros com isenção de até US\$ 50.

Desafios Estruturais: Um Campo de Jogo Desigual

Assimetria Tributária

Carga fiscal desproporcional sobre o varejo nacional frente a concorrentes externos e diretos.

Canibalização da Indústria

Venda direta (D2C) com preços predatórios e uso de créditos e benefícios fiscais e elisão fiscal através de HUB/Broker Logístico.

Dumping Digital

Marketplaces estrangeiros com isenção de até US\$ 50.
A isenção, originalmente de caráter social para remessas entre PF>PF, transformou-se em canal sistêmico de comércio desleal.

Custo Brasil

Complexidade de obrigações acessórias, fiscalizações e normas, logística reversa, legislação e oneração trabalhista, impostas exclusivamente o varejo nacional.

Concorrência Desleal na Fonte: A Venda Direta da Indústria

Fluxo Tradicional



Distribuição capilarizada e arrecadação em múltiplas etapas.

Fluxo Distorcido (D2C)



Uso de Créditos de ICMS/IPI/ST para subsídio cruzado.

❌ Consequência: Desestruturação da cadeia de distribuição e concentração de mercado.

O Custo da Inação: Degradação Urbana e Social

O Efeito Dominó



Efeito Econômico

Queda abrupta na arrecadação municipal e estadual.



Efeito Social

Desemprego em massa para populações vulneráveis e sem qualificação digital.



Efeito Urbano

"Ruas Fantasmas". Aumento da insegurança e desvalorização imobiliária.



Desigualdade Regional

Pequenos municípios perdem seu principal empregador privado.

Benchmarks: O Mundo Protege o Equilíbrio

Alemanha

Planos Diretores protegem o varejo local para manter a coesão social.

Espanha/Itália

Exigência de paridade fiscal para fabricantes que vendem direto (D2C).

Suíça

Lei contra Concorrência Desleal proíbe venda ao consumidor abaixo do preço de atacado.

Japão

Proteção aos Shôtengai (ruas comerciais) e regulação de grandes lojas.

A regulação não é antiliberal; é uma norma de civilidade econômica nas maiores economias do mundo.

Diretrizes para um Novo Marco de



Isonomia

Fim dos regimes privilegiados e equiparação de carga.

Concorrência

Regras claras para venda direta e combate à elisão.

Proteção Social e

Varejo como função social e crédito para modernização.

i Regulamentação da LC 214/2025 com urgência na aplicação dos artigos 21 a 23 e 25 (responsabilidade fiscal).

Proposta Legislativa: Isonomia e Justiça Fiscal

Medidas concretas para corrigir as distorções:

01

Extinção da Isenção de US\$ 50

Tratamento tributário igualitário para qualquer operação de comércio eletrônico, independentemente da origem ou valor.

02

Representação Fiscal Obrigatória

Exigência de que marketplaces estrangeiros mantenham representação legal e fiscal no Brasil para operar.

03

Regra de Preço da Indústria

Vedação de preços ao consumidor final inferiores aos praticados ao varejo, bloqueando o uso abusivo de créditos tributários.

Equilíbrio, não privilégio.

A defesa do varejo nacional é a defesa da cidade viva, do emprego digno, da justiça fiscal e coesão social.

📄 Apoio para a protocolização do Projeto de Lei.

Elaboração: Cláudio A. Lima
FecomercioSP/Sincomavi